

ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
"Comissão de Constituição, Justiça e Redação"



PROJETO DE LEI Nº 1.364/2017

"DISPÕE SOBRE A RESERVA DE PERCENTUAL NA CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS E GRUPOS QUE REPRESENTEM A EXPRESSÃO CULTURAL NORDESTINA NOS EVENTOS REALIZADOS NO ESTADO DA PARAÍBA." Exara-se parecer pela CONSTITUCIONALIDADE e JURIDICIDADE da matéria.

AUTOR(A): Dep. RENATO GADELHA.

RELATOR(A): Dep. CAMILA TOSCANO

P A R E C E R Nº

1441

/2017

I - RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação recebe para análise e parecer o **Projeto de Lei nº 1.364/2017**, da lavra do Deputado Renato Gadelha, o qual *"Dispõe sobre a reserva de percentual na contratação de artistas e grupos que representem a expressão cultural nordestina nos eventos realizados no Estado da Paraíba"*.

A matéria constou no expediente do dia 02 de maio de 2017.

Instrução processual em termos.

Tramitação dentro dos preceitos regimentais.

Breve relatório.



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
"Comissão de Constituição, Justiça e Redação"



II - VOTO DO RELATOR

O projeto de lei em tela busca obrigar em apresentações artísticas nas áreas de música, teatro, dança, literatura e outras áreas afins, quando promovidos pelo Estado da Paraíba, a reserva de 40% (quarenta por cento) das vagas para artistas e grupos que representem a expressão cultural nordestina.

Destaca-se que os convênios firmados entre o Estado da Paraíba e seus respectivos municípios para realização dessas atividades culturais devem obedecer ao mesmo percentual estabelecido acima.

Ressalta-se, ainda, que os eventos que tenham temática específica poderão, desde que devidamente justificado pela autoridade competente, observar percentual inferior ao determinado na presente propositura.

Ocorre que, após pesquisa, verificou-se a existência do Projeto de Lei nº 408/2015, que consta de matéria que se assemelha à propositura em análise, a qual traz em sua ementa o seguinte: "*Dispõe sobre a reserva de percentual na contratação de artistas e grupos que representem a expressão cultural nordestina nos eventos realizados no estado da Paraíba*".

O Projeto de Lei nº 408/2015 em sua movimentação encontra-se **arquivado**, apresentando parecer pela **INCONTITUCIONALIDADE** com base na consulta realizada ao SAPL (Sistema de Apoio ao Processo Legislativo).

No entanto, a propositura em apreço apesar de ter o mesmo teor do projeto arquivado com o fundamento de inconstitucionalidade - sob a ótica de que o projeto de lei não teria conteúdo imperativo suficiente a transformar-se em lei, tratando-se de mera indicação ao Governo do Estado – sofreu adaptações em seu texto para que fosse possível adequar a matéria ao seu objetivo proposto.

Nesse sentido, a partir da leitura da justificativa da propositura, fica evidente que a matéria é louvável. Conforme o autor: "A música nordestina e paraibana tem grande valor histórico e é parte fundamental



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
"Comissão de Constituição, Justiça e Redação"



na formação da identidade do nosso povo. O presente projeto visa promover a valorização da cultura regional, atuando de modo a garantir a preservação das tradições históricas da nossa gente, ameaçadas pela mercantilização da indústria cultural".

Cabe a esta Douta Comissão de Justiça analisar os aspectos de constitucionalidade e juridicidade da propositura, além de adequá-la a melhor técnica legislativa.

A matéria versada no projeto em análise encontra-se inserta entre as **competências concorrentes dos Estados**, nos termos do art. 7º, § 2º, inciso IX, da Constituição Estadual, que estabelece:

Art. 7º. São reservadas ao Estado as competências que não sejam vedadas pela Constituição Federal:

[...]

*§2º. Compete ao Estado legislar privativa e **concorrentemente** com a União sobre:*

*IX – educação, **cultura**, ensino e desporto;*

Desse modo, é fundamental a conservação da cultura paraibana e a preservação dessa identidade passa precipuamente pela valorização dos artistas da terra, daí a importância e necessidade da aprovação do presente projeto de lei.

Assim, diante de todo o exposto e depois de realizado o exame da matéria, esta relatoria opina, seguramente, pela **CONSTITUCIONALIDADE E JURIDICIDADE do Projeto de lei nº 1.364/2017**.

É como voto.

Sala das Comissões, em 29 de agosto de 2017.


DEP. CAMILA TOSCANO
Relator(a)



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
“Comissão de Constituição, Justiça e Redação”



III - PARECER DA COMISSÃO

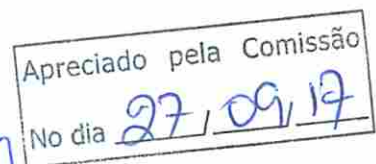
A Comissão de Constituição, Justiça e Redação adota e recomenda o parecer do(a) Senhor(a) Relator(a) pela **CONSTITUCIONALIDADE E JURIDICIDADE** do Projeto de lei nº 1.364/2017.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de setembro de 2017.


DEP. ESTELA BEZERRA

Presidente




DEP. CAMILA TOSCANO

Membro


DEP. DANIELLA RIBEIRO

Membro


DEP. RAONI MENDES

Membro

DEP. TROCOLLI JUNIOR

Membro


DEP. HERVÁZIO BEZERRA

Membro

DEP. JOÃO GONÇALVES

Membro